

# Maio de 1968: a greve geral que abalou a França<sup>1</sup>

Robert Ponge\*

## Resumo

O presente trabalho pretende ajudar o leitor a entender o que realmente foi o evento histórico que, na França, costuma ser eufemisticamente chamado de “acontecimentos de Maio de 1968”. Para tanto inicio historiando, isto é, apresentando um relato histórico dos fatos quase que dia a dia e de forma tão objetiva (mas não neutra) quanto possível. Após, passo a uma tentativa de interpretação, limitada a dois aspectos: o que se refere às causas do movimento e no que concerne ao seu desfecho (o fim precipitado da greve geral, a vitória eleitoral do general De Gaulle e a derrota eleitoral dos partidos de esquerda).

*Palavras-chave:* Maio de 1968. Greve geral. História contemporânea da França.

## Os fatos

Para certos comentaristas, o Maio Francês de 1968 foi, sobretudo, o surgimento do imprevisível. Realmente, ninguém foi vidente, ninguém chegou a predizer a explosão social que sacudiria a França. Mas...

\* Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela Universidade do Quebec em Montreal. Professor Titular do Instituto de Letras da UFRGS

<sup>1</sup> Este artigo situa-se na continuidade de estudos começados na segunda metade da década de 1980 e divulgados, inicialmente, em dois textos, publicados em 1988, no número de maio da finada revista *Sul* e no caderno “ZH Cultura” da *Zero Hora* de 14 de maio de 1988; a seguir, em 1998, em dois textos publicados em dois finados jornais: a *Folha da História* e o encarte cultural do *RS*; e, sobretudo, em três capítulos de livros, cujas referências se encontram na bibliografia ao final do presente trabalho, respectivamente publicados em 1998 (“Maio de 1968: o mês que abalou a França”), 1999 (“França, maio de 1968: realidade e mitos”) e 2003 (“Da Primavera de Praga às barricadas de Paris”). O presente artigo deve muito a seus antecessores, aos quais retoma e dos quais representa uma síntese parcial.

...o Maio de 1968 não foi um raio  
num céu azul!

Para entender por que, é preciso  
recuar dez anos no tempo.

Em 1º de junho de 1958, o general De Gaulle chega à chefia do Estado francês, tendo como primeira e principal incumbência a tarefa de resolver a guerra colonial em curso na Argélia (então possessão do império francês). Desde 1954, o conflito colonial vinha desagregando a economia, as instituições e o tecido político-social da França; funcionava como um divisor de águas na política.

Havia ameaças de golpe de estado por parte de militares pró-colonialistas insatisfeitos por considerarem demasiadamente tímido o esforço governamental investido na repressão aos independentistas argelinos. Em razão do prestígio adquirido durante a Segunda Guerra Mundial, De Gaulle é apresentado à população pelos partidos de centro e de direita (com o apoio da mídia) como o homem que afastará o perigo de golpe e resolverá todos os problemas. Ele condiciona sua aceitação do leme do Estado ao recebimento dos plenos poderes (o que constitui um autêntico golpe). Sua condição prévia é aceita pelo parlamento, aceitação que legaliza o golpe de estado (o qual não deixa, por isso, de ser um golpe!).

De Gaulle é recebido como um salvador, sendo festejada sua chegada

à cabeça do país e amplamente aprovada em *referendum* (com 79% de voto *sim*) sua proposta de, em substituição à Quarta República (de natureza parlamentarista), instaurar a Quinta República, um regime presidencialista de pulso forte, ou seja, de caráter bonapartista, com várias feições autoritárias e antidemocráticas.

Em 1962, seu governo leva a termo tanto as negociações em torno da acessão da Argélia à independência (e o conseqüente encerramento da traumática guerra colonial) como o processo de descolonização em quase todas as possessões do império francês. A popularidade do general De Gaulle, que vinha se mantendo alta, alcança um outro pico. Mas vai, a partir de então, começar a baixar.

As nuvens começam, lenta, mas seguramente, a se acumular a partir de 1963, com a implantação do plano governamental de *estabilização* econômica. De nítidos contornos monetaristas, este provoca uma queda no poder aquisitivo da população e o aumento da ameaça de desemprego. A insatisfação começa a crescer. A longa e dura paralisação dos mineiros força o governo a recuar. Seguem-se outras greves. Na agropecuária, a integração da França ao Mercado Comum Europeu cria sérios problemas de preços e de venda da produção, suscitando numerosas manifestações de pequenos produtores. As entidades estudantis denunciam

o ministro da Educação e sua política de reformas do ensino (que introduz formas de apoio ao ensino particular e procura restringir o acesso à universidade pública).

Em 1965, findo o seu mandato de sete anos na presidência do país, De Gaulle candidata-se a um segundo mandato, porém consegue vencer o pleito presidencial apenas no segundo turno. No ano de 1967, ocorrem greves combativas. Nas eleições legislativas, a esquerda cresce e o partido gaullista perde cadeiras, sendo obrigado a governar com o apoio dos chamados “independentes”, liderados por Giscard d’Estaing.

A Reforma Universitária suscita alguma confusão, frustração, insatisfação. Em Nanterre (subúrbios de Paris), um recém-criado *campus* da Universidade de Paris torna-se o foco de pequenas manifestações e protestos contra a péssima localização, as deficiências em equipamento e os entraves burocráticos que dificultam sobremaneira a vida nas moradias estudantis, ou seja, as contradições existem e se desenvolvem.

### O governo semeia a repressão

Em seu discurso para o Ano Novo de 1968, De Gaulle mostra-se otimista, declarando encarar “com serenidade” os meses vindouros. Entretanto, no primeiro trimestre as mobilizações (às

vezes greves) aumentam, sobretudo nas universidades, onde as manifestações são mais numerosas, embora com amplitude restrita.

Em março e abril, nos *campi*, tendo como pano de fundo uma latente insatisfação estudantil, são realizados diversos comícios e outras atividades contestatórias, particularmente no Campus de Nanterre, onde a sala do Conselho da Faculdade é ocupada durante uma tarde e uma noite. O governo responde com punições a líderes escolhidos a dedo e com algumas medidas de suspensão das aulas.

Em 2 de maio de 1968, visando impedir o prosseguimento das manifestações, o decano da Faculdade de Nanterre anuncia o imediato fechamento do *campus*. Na sexta-feira, 3 de maio, no prédio central (a Sorbonne) da Universidade de Paris, quatrocentos estudantes realizam um comício pacífico contra a ameaça de punição de sete colegas e contra o fechamento da Faculdade de Nanterre. O reitor chama a polícia, que esvazia o prédio e, gratuitamente, prende todos os manifestantes.

O repúdio entre a massa do estudantado é total e imediato. Pela primeira vez desde a ocupação da França pelas tropas nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, a polícia invade e ocupa a Sorbonne. Espontaneamente, estudantes gritam “Libertem nossos colegas!”, saem pelas ruas em passeatas que crescem rapidamente,

agregam secundaristas e transeuntes, reunindo de duas a três mil pessoas.

O governo opta pelo confronto. A população abastada do *quartier latin* (o bairro estudantil) assiste, escandalizada, à polícia reprimir brutalmente. Saldo do dia: centenas de feridos, 593 presos, vários condenados em julgamentos sumários. O reitor da Universidade de Paris decide-se pelo seu fechamento – sem prazo para reabrir. A União Nacional dos Estudantes (UNEF) responde imediatamente, chamando à greve geral nacional estudantil. O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (SNESup) apoia o apelo. No sábado, 4 de maio, as duas entidades convocam uma manifestação para a segunda-feira.

Na segunda-feira, 6 de maio, vinte mil pessoas desfilam exigindo a reabertura da Sorbonne e o fim das punições. Mais uma vez, o governo responde com a violência policial. Os manifestantes reagem: espontaneamente, como forma de autodefesa, para se proteger e frear o avanço dos pelotões de choque, erguem barricadas, contra as quais a tropa investe.

Ao semear a repressão, o governo  
colhe a tempestade

O fechamento e a ocupação policial da Sorbonne, a presença permanente e ostensiva dos batalhões de choque no bairro, o caráter furioso da

repressão contra os protestos dos dias 3, 6 e seguintes provocam o repúdio e a revolta da população. Não somente alimentam as manifestações, que se seguem quase que diariamente, mas ampliam a solidariedade aos estudantes. Obrigam o Partido Comunista Francês (PCF) e a Confederação Geral do Trabalho (CGT<sup>2</sup>) a reverem sua postura inicial de culpar pretensos grupos de jovens “irresponsáveis e provocadores” pela “desordem”. Passam a denunciar a brutalidade policial e conclamam o estudantado a se opor à repressão.

No sábado, 11 de maio, diante da insensibilidade governamental e da escalada repressiva, a UNEF, duas centrais sindicais (CGT, CFDT<sup>3</sup>) e a Federação dos Trabalhadores na Educação (FEN<sup>4</sup>) chamam para a segunda-feira, 13 de maio, a um dia nacional de paralisação com manifestações nas principais cidades do país. Outras entidades se associam ao apelo. No domingo, 12, pressionado, o governo anuncia a reabertura da Universidade de Paris e o cancelamento das punições.

A segunda-feira 13 de maio é marcada por uma interrupção quase total das atividades e por manifestações imponentes. Em Paris a passeata é gigantesca, levando horas e horas para desfilar (estimativas de quinhentas mil a um milhão de pessoas). Nas demais cidades, dezenas e dezenas de milhares desfilam. Estudantes e trabalhadores, jovens e pessoas de idade protestam,

exigindo o fim da repressão, liberdade, democracia, a demissão dos ministros da Educação e da polícia. Também gritam “Fora De Gaulle!”. A polícia simplesmente abandona as ruas.

Trata-se do maior movimento de passeatas que a história da França contemporânea registrou.

### A greve geral

No dia seguinte, terça-feira, 14 de maio, em Nantes (cidade industrial e portuária do oeste da França), os operários da indústria aérea entram em greve e ocupam a empresa. Um dia depois, na quarta-feira, 15 de maio, é a fábrica parisiense da indústria automobilística Renault que paralisa, com ocupação. Outras empresas seguem o exemplo e, nos dias seguintes, sem nenhuma diretiva das centrais ou das federações sindicais, as paralisações alastram-se por todo o país. Na verdade, não se trata mais de movimentos isolados: está começando a greve geral que vai fazer o mês de maio de 1968 entrar para a história.

No entanto, na sexta-feira, 17 de maio, Georges Séguy (alto dirigente da CGT e do PCF) declara em nome da CGT: “Não se pensa em lançar uma ordem de greve geral” e orienta para que as negociações ocorram empresa por empresa. Mas o movimento concreto dos trabalhadores desenvolve-se alheio às orientações de Séguy: as paralisa-

ções se multiplicam, se generalizam; a greve geral já está se conformando aceleradamente.

Na terça-feira, 21 de maio (apenas uma semana depois da entrada em greve da fábrica de Nantes), o movimento paredista está rumando para sua plena amplitude: a greve é total na metalurgia, correios, transportes, minas, rádio e TV estatais, saúde e previdência; ainda parcial na borracha e no têxtil; está iniciando na construção civil, marinha mercantil, portuários, bancários, securitários, eletricitários, trabalhadores do ensino, etc. Com cerca de dez milhões de grevistas, está se protagonizando a maior greve geral da história da França, senão da Europa – muito maior do que a histórica greve geral de 1936.

Apesar da omissão das centrais sindicais, o processo de generalização das greves cria um elenco de reivindicações fundamentais: nenhum salário inferior a mil francos mensais, jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução salarial, garantia do emprego, aposentadoria aos sessenta anos, revogação dos decretos-leis prejudiciais ao sistema público de saúde e previdência, extensão das liberdades sindicais, pagamento dos dias parados. Apenas o governo pode responder a essa pauta reivindicativa. Por outro lado, a própria existência da greve geral – reforçada pela sua excepcional amplitude – apresenta um sentido político que ul-

trapassa o terreno meramente sindical, sentido esse formulado pelo brado que surge nas passeatas: “Dez anos de De Gaulle, basta!” A greve geral expressa que o povo quer mudanças profundas e um outro governo comprometido com estas. Portanto, De Gaulle, o presidente da república, deve ir embora e seu governo com ele.

### De Gaulle marca um *referendum*

Na sexta-feira, 24 de maio, em Paris acontecem importantes manifestações. Porém, em virtude de divisões entre as entidades, acontecem em locais e horários separados: a organizada pela CGT ocorre à tarde; a convocada pela UNEF e outros agrupamentos, à tardinha.

Por sua vez, numa tentativa de fazer refluir a greve, De Gaulle, em cadeia nacional, apresenta sua proposta para superar a crise: realização, em 13 de junho, de um *referendum* para aprovar uma forma de “participação” dos trabalhadores e estudantes na gestão das empresas e das universidades.

A frustração dos ouvintes é total. Muitos esperavam que ele se demitisse. Até seus partidários ficam decepcionados com o discurso, totalmente defasado em relação aos anseios e à ebulição do país. A proposta de De Gaulle é ignorada. Os participantes da greve geral negam legitimidade ao go-

verno; nem cogitam que o *referendum* possa se concretizar. Após o discurso do presidente, a polícia ataca a manifestação da UNEF. São batalhas furiosas com barricadas. Saldo: 456 feridos, 795 presos.

### A minuta de acordo sindical

No dia seguinte, 25 de maio, as direções das centrais sindicais sentam-se à mesa com o primeiro-ministro Georges Pompidou e com os representantes da Confederação do Patronato Francês (CNPFF) para tentar chegar a um acordo que coloque um fim à paralisação. Após 25 horas de conversações, a negociação termina com uma minuta de acordo. Apresentada à Assembleia Geral dos trabalhadores da Renault, é vaiada e rejeitada, pois, em que pese a algumas concessões patronais e governamentais, ignora as reivindicações fundamentais. Nas outras fábricas acontece o mesmo: a minuta é rejeitada.

Explicando que a confederação patronal e o governo não querem ceder mais, a CGT orienta os trabalhadores a negociar separadamente, no nível de ramos de indústria. Várias instâncias sindicais rejeitam a diretriz, sustentando que as reivindicações são políticas e nacionais e, portanto, só podem ser alcançadas nacionalmente.

No mesmo dia 27, novas manifestações. Em várias cidades, os partidos

ou centrais rivais concorrem entre si, chamando a comícios distintos. Em muitos, os manifestantes emitem a mesma exigência: demissão de De Gaulle e formação de um governo popular.

De Gaulle: ou eleições ou...

Em 30 de maio, às 16h, em cadeia nacional, De Gaulle anuncia que não se demite, adia *sine die* o referendium sobre a “participação”, dissolve a Assembleia Nacional e apresenta como saída ao “caos” a realização de eleições legislativas. Deixa implícito que elas só ocorrerão se a greve geral terminar. Caso a “ordem” não voltar, tomará medidas drásticas. A seguir, cerca de 250 mil pessoas desfilam nos Champs-Élysées em apoio ao governo. No dia seguinte, manifestações semelhantes acontecem em cidades do interior.

O que decidem o PCF e a Federação da Esquerda Democrata e Socialista (FGDS, antecedente do atual PS), liderada por François Mitterrand? Mobilizam-se para garantir as eleições, que saúdam como uma vitória, um recuo do presidente, uma *segunda* “chance” do movimento popular. O diário patronal *Les Échos* de 1º de junho observa com satisfação que “neste confronto entre o chefe do Estado e uma grande parte do país em insubordinação há um elemento tranquilizador: os comunistas parecem aceitar a batalha no terreno eleitoral”. E as centrais sindi-

cais? A CGT garante que “não pretende dificultar em nada o desenrolar da consulta eleitoral. É do interesse dos trabalhadores poder expressar, no quadro das eleições, sua vontade de mudança”. As outras centrais seguem a mesma linha. No mesmo dia, em Paris, a UNEF organiza uma manifestação contra De Gaulle, mas fica isolada.

A volta ao trabalho e as eleições

Os partidos agora vivem em função das eleições, apostando no fim da greve geral. As centrais sindicais trabalham para seu encerramento, fragmentando as negociações – realizadas em separado, por grupos de empresas ou até por firmas. Dia após dia, empresa após empresa, ramo após ramo, as greves terminam. Não sem choques entre dirigentes sindicais e grevistas que reclamam das “migalhas” obtidas. Entre 24 e 30 de maio havia cerca de dez milhões de grevistas; em 19 de junho, o número não ultrapassa os 150 mil.

Em 30 de junho, abertas as urnas, a população toma conhecimento dos frutos da “segunda chance”: as esperanças de vitória por parte da FGDS e do PCF são frustradas. Juntos, seu score é de 36,5% dos votos, diminuindo em 6,5% em relação às eleições de 1967. Além disso, e em razão da organização distrital do pleito que distorce a favor dos vencedores, ambas as agremiações perdem mais da metade de

suas cadeiras. Por sua vez, o partido gaullista cresce em votos e, sobretudo, pela mesma razão, em cadeiras (mais 97), detendo, sozinho, a maioria absoluta; os “independentes”, de Giscard d’Estaing, também crescem em votos e vagas (mais 21).

Para o PCF e a FGDS, é a hora das lágrimas e dos balanços amargurados, nem por isso lúcidos. O secretário-geral do PCF, Waldeck Rochet, empenha-se em explicar que as eleições não foram uma vitória da greve, mas uma manobra do presidente De Gaulle “para explorar a situação”, e descobre “a extrema injustiça da lei eleitoral” (que vigora há quase dez anos)!

Para os grevistas, o final foi assaz melancólico. Com a greve geral encerrada, ficaram sem a conquista da pauta fundamental, com uma derrota eleitoral e com De Gaulle continuando à cabeça do país.

Esses são os fatos. Vamos agora para as duas questões de interpretação.

## Questão de interpretação: as causas do Maio de 1968

### Pontos de vista mi(s)tificadores e conservadores sobre a questão

Em um artigo dedicado a historiar e discutir a Comuna de Paris (1871), iniciei o item voltado à análise das causas daquele acontecimento relembrando que os historiadores e analis-

tas conservadores, defensores da manutenção do *statu quo* político-social, “sempre contam com duas inevitáveis explicações para a ocorrência de movimentos revolucionários: são fruto ou de um complô, de uma conspiração secreta, ou senão, do extremismo, forma de loucura que pode até tornar-se coletiva”.<sup>5</sup>

*Sempre!* Com efeito, pois, como vamos ver, essa inevitabilidade foi novamente confirmada a respeito de Maio de 1968.

Assim, em livro publicado por uma reputada editora, em uma coleção respeitada, o conceituado professor francês René Rémond não hesita em apresentar os eventos de maio de 1968 como “um enigma”, como “acontecimentos que nada prenunciavam e cuja *irracionalidade* desconcerta”, e, a seguir, em advertir:

O historiador deve ter o cuidado de não introduzir na *desconcertante* complexidade dos fatos *uma racionalidade que não possuíam*: 68 é um desafio e *uma derrota para a razão lógica* que tenta, a todo custo, enquadrar o acontecimento em um processo racional. A lição é certamente válida para outras crises e lança uma suspeita sobre as explicações excessivamente racionais de nossas sucessivas revoluções.<sup>6</sup>

Embora com algumas circunvoluções, Rémond entende que, ao fim e ao cabo, o Maio de 1968 e as demais sucessivas revoluções anteriormente vivenciadas pela França<sup>7</sup> não podem



ser explicadas, analisadas satisfatoriamente, por possuírem uma irreduzível dimensão irracional, em outras palavras, um importante quê de loucura.

Isso para a loucura como motivação para os eventos históricos! Resta a segunda inevitável explicação dos conservadores: o complô, a conspiração, a ação de individualidades manipuladoras com intentos suspeitos, maléficos. No caso do Maio/68, essa justificação foi formulada em termos quase idênticos por tipos de agrupamentos político-sociais de quem caberia esperar que tivessem posições antagônicas, já que uns eram politicamente tidos como de direita ou extrema-direita e os outros se definiam como de esquerda.

No campo da direita, o poder recorreu à praxe costumeira de tirar do baú a velha tese de que toda a agitação decorria da ação planejada de entidades políticas contestatórias. Quando o alcance da mobilização era ainda incipiente, ou somente estudantil, o governo gaullista explicou que tudo não passava da ação de pretensos “grupúsculos políticos infiltrados”, minorias alheias sub-repticiamente insinuadas e ativas entre o estudantado, a soldo de interesses escusos. Quando entraram em movimento os amplos batalhões da classe trabalhadora, o governo recorreu ao anticomunismo, culpando os pretensos “intentos hegemônicos e golpistas” do Partido Comunista Francês (sobre os reais desígnios do PCF, ver adiante).

Por sua vez, os grupos da direita nacionalista e/ou fascista tiveram a alegria de descobrir em Daniel Cohn-Bendit (estudante de sociologia e um dos principais líderes do movimento contestatório estudantil) o bode expiatório quase perfeito: vivia na França desde sua infância, porém era de nacionalidade alemã (portanto, um estrangeiro) e, ainda por cima, judeu. Aí se encontrava uma bela ocasião de tentar desqualificar tanto a figura de Cohn-Bendit (um intruso que se teria imiscuído em assuntos privativos dos franceses) como a própria mobilização estudantil, arremessando contra ela duas acusações: seria manipulada do exterior ao mesmo tempo pela chamada “internacional judia” e pelo comunismo internacional, ou seja, tratava-se, para eles, da grande chance de apelar para o nacionalismo, excitando duas fobias: o antissemitismo e a xenofobia. Os grupos fascistas não hesitaram e saíram denunciando que o movimento estava dirigido por um “judeu alemão”. O governo não se fez de rogado e proibiu ao estrangeiro Cohn-Bendit permanecer no território francês.

O movimento de massas posicionou-se imediata e claramente contra esses diversos ataques, contra essas mitificações que não passavam de mistificações. Ao governo que culpava pretensos grupúsculos pela agitação político-social, passeatas de vinte mil (e muito mais) pessoas responderam

gritando, com inegável ironia: “Somos um grupúsculo!”. Ao antissemitismo e à xenofobia, massivas manifestações opuseram uma sonora palavra-de-ordem: “Somos todos judeus alemães!”.

No campo da esquerda, o Partido Comunista Francês apresentava-se como herdeiro moderno do racionalismo e do iluminismo, como adepto do socialismo científico, do marxismo, e, além disso, como internacionalista. Deveria, portanto, pelo seu ideário, ser incapaz de produzir ou aderir a mistificações desse quilate. Infelizmente, não foi o que aconteceu. Na fase inicial do movimento, o PCF, quase que em uníssono com o governo, denunciou periodicamente a atividade dos chamados “grupúsculos” no movimento estudantil, chegando ao ponto de lançar suspeitas sobre Cohn-Bendit (nacionalidade estrangeira) e de justificar ou, pelo menos, mostrar alguma compreensão – em função da necessidade de reagir à ação de estudantes pretensamente “irresponsáveis e provocadores” – pelas sucessivas decisões repressivas das autoridades universitárias. Posteriormente, quando a avalanche grevista começou a varrer a França, as lideranças da CGT e do PCF não cansaram de precaver os grevistas contra qualquer aproximação com os estudantes, tidos como “irresponsáveis e aventureiros” por natureza. Cabe se perguntar por que o PCF acumulou tantos equívocos, indignos de todo e qualquer partido

identificado com os ideais e as tradições autenticamente socialistas.

### A conjuntura na França nos anos sessenta

O que provocou mesmo o movimento de Maio de 1968? Como é possível enxergar no histórico dos fatos relatado na parte 1, acima:

#### 1. *Uma resistência tenaz*

As causas do Maio/1968 deitam suas raízes na resistência tenazmente oposta pela classe trabalhadora ao plano governamental de estabilização econômica, que, a partir de 1963, suscitou crescente insatisfação, provocando movimentos de protesto, alguns bastante ásperos: tratava-se de primeiras advertências.

Em 1965, ficou chamuscado o estilo plebiscitário e imperial de governar do general De Gaulle, quando este se viu obrigado a esperar o segundo turno para vencer a eleição presidencial: outra advertência.

Em 1967, nas eleições legislativas, a esquerda cresceu e o gaullismo perdeu cadeiras: nova advertência. Mas o governo estava muito seguro de si, insensível à crescente insatisfação.

#### 2. *Acreditando cortar o mal pela raiz, o governo brinca com pólvora*

Interpretando a incipiente contestação estudantil como obra de ativistas infiltrados, o governo decidiu cortar o

mal pela raiz, com punições que pretendia exemplares contra lideranças tachadas de agitadores ou sublevadores profissionais.

O movimento estudantil respondeu com um modesto comício. O ministro reagiu com a invasão e ocupação policial do prédio, e a prisão dos manifestantes. O governo não suspeitava, mas estava brincando com pólvora, pois...

### 3. *Entra em cena o movimento de massa estudantil e, a seguir, as centrais sindicais*

Tais medidas suscitaram imediatas, imprevistas, massivas e combativas passeatas de protesto. Inicialmente espontânea, a reação da massa estudantil se alicerçou na União Nacional dos Estudantes da França<sup>8</sup> e foi alimentada pela própria brutalidade da repressão, haja vista que o governo optara pelo confronto. As manifestações cresceram e se sucederam diariamente.

A ferocidade da ação policial contra os estudantes suscitou repúdio ao governo, solidariedade aos estudantes, ampliou as manifestações e pressionou as centrais sindicais a convocar, junto com a UNEF e a FEN (Federação dos Trabalhadores do Ensino Público), um grande dia de paralisação nacional e passeatas.

Preocupado, o governo recuou. Tarde demais!

### 4. *O histórico dia 13 de maio*

A amplitude e força inauditas das manifestações daquele dia deu confiança aos trabalhadores, deixando na população a sensação de que o Estado autoritário estava enfraquecido e recuava, de que, agora sim!, existiam condições para conquistar o que fora negado durante dez anos: de que chegara o momento de protestar, lutar e *mudar o estado de coisas!*

### 5. *A histórica greve geral*

A incomum magnitude do dia 13 de maio serviu de trampolim para a deflagração, no dia seguinte, de greves reivindicativas e para sua disseminação: começava a maior greve geral da história da França, senão da Europa, com dez milhões de grevistas.

### 6. *Resumindo*

O governo estava na ofensiva e o movimento social resistia, na defensiva. O governo decidiu acentuar a ofensiva. Diante das resistências, optou pelo choque. Ao fazê-lo, defrontou-se com a frente unida da massa estudantil e de sua entidade, a UNEF. Ao persistir na escalada do choque, acabou se defrontando com a frente unida dos trabalhadores, da juventude e dos estudantes, junto com suas entidades de classe (sindicais e partidárias), unidade na ação que se expressou de forma acabada e superior no dia 13 de maio, impulsionando a deflagração de paralisações cuja disseminação e generalização provocou a greve geral.

Em suma, quem provocou a explosão foi o próprio governo: ao semear a repressão e o confronto, colheu a tempestade!

A conjuntura internacional no período pós-Segunda Guerra e nos anos 1967-1969

O estopim dos acontecimentos de maio de 1968 (passeatas e barricadas dos estudantes e da juventude, dia nacional de paralisação e manifestações de 13 de maio, greve geral) encontrava-se, indubitavelmente, nas especificidades da conjuntura e nas formas concretas assumidas pelo desenvolvimento das lutas de classes na França da década de 1960 e dos quatro primeiros meses de 1968 (particularidades e concretude que incluem, por exemplo, a escolha pelo governo das táticas da ofensiva e do confronto, bem como o fato de que essas se defrontaram com a férrea resistência dos estudantes, da juventude e da classe trabalhadora).

Mas o vulto e alcance excepcionais do Maio/1968 só podem ser entendidos plenamente situando-o na conjuntura mundial tanto do período histórico como do momento específico. Deve antes de mais nada ser lembrado que (além do movimento contestatório ocorrido na França) o ano de 1968 e, de forma mais ampla, os anos 1967-1969 salientaram-se por sua efervescência

político-social fora do comum, que é o magnífico fruto de mais de vinte anos de ofensiva e de conquistas do movimento operário e democrático, em nível mundial.

Esse período foi aberto pela memorável derrota do nazi-fascismo ao final do conflito mundial, a qual propiciou um impressionante ascenso da mobilização e organização dos trabalhadores em numerosos países, a explosão das lutas de libertação nacional, a expropriação do capital na Europa do Leste e a Revolução Chinesa em 1949.

Os pontos altos das décadas de 1950 e 1960 foram a derrota militar das tropas do Estado francês perante o povo do Vietnã, o início da guerra anticolonialista na Argélia (ambos em 1954), as revoluções dos Conselhos Operários na Polônia e na Hungria em 1956, a bela Revolução Cubana em 1959 e o ápice do processo de descolonização, com a Grã Bretanha e a França perdendo seus impérios em 1962.

Surgindo, então, como o resultado e a expressão maior e mais poderosa de todo esse processo e acúmulo anteriores, os anos 1967-1969 destacam-se pelo estalo de uma miríade de importantes – por vezes, vultosas – mobilizações: EUA, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Japão, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Espanha, Itália, Polônia, Tchecoslováquia, URSS, etc. Foi uma autêntica comoção telúrica, cujo epicentro se situou na Europa:

talvez quantitativa, sobretudo qualitativamente, em função da conjunção do famoso *Maió* francês e da notável *Primavera de Praga* – os eventos de maior densidade política e social do ano, movimentos preñes de autênticas revoluções.<sup>9</sup>

### Questão de interpretação: por que De Gaulle venceu as eleições?

Por que o resultado eleitoral foi desfavorável ao PCF e à FGDS? Por que não lucraram com a greve geral? A questão é complexa. Limitar-me-ei, aqui, a respondê-la minimamente.

É, inicialmente, preciso remontar ao início do movimento paredista e analisar como se comportaram as principais forças que se definiam como de *esquerda* e deveriam, portanto, procurar escorar-se no movimento grevista e fortalecê-lo. Foi essa sua postura?

#### Algumas questões da greve geral

Como vimos, a excepcional magnitude das manifestações do dia 13 de maio serviu de trampolim para a deflagração de um processo de greves reivindicativas e para sua disseminação, dando nascimento à maior greve geral da história da França, talvez da Europa. Esta, de per si, possuía o seguinte significado: a maioria da nação

não aguenta mais, está contra o governo, ou seja, como gritavam os manifestantes: “Fora De Gaulle!”. O que fizeram tanto as centrais sindicais como a FGDS e o PCF?

Alguns dias após as grandes passeatas do 13 de Maio, a FGDS e o PCF saíram de seu silêncio para colocar que o governo deveria “ir embora”. Porém, não ofereceram nenhum caminho, não deram nenhuma orientação para tal: ficaram esperando que De Gaulle se demitisse por livre e espontânea vontade.

Por sua vez, as direções das centrais foram negociar com a entidade nacional do patronato e com o governo (reconhecendo-lhe a legitimidade que os grevistas lhe negavam). Ainda por cima, não assumiram como pedra de toque a pauta fundamental de reivindicações. O resultado foi a *minuta de acordo*, que ficou muito aquém da mesma. Tanto que foi veementemente recusada pela base grevista.

A terminante rejeição da minuta pelos trabalhadores ligou, de maneira ainda mais íntima, os dois aspectos da greve: a exigência de atendimento da pauta fundamental dos grevistas (reivindicações, digamos, sindicais) e a exigência de saída de De Gaulle (reivindicação puramente política, no mais alto nível: o do poder). Vinculava ambos os aspectos, pois era o governo de De Gaulle que – além de ser responsá-

vel pela política econômica e social do decênio e pela repressão das últimas semanas – negava, agora, o atendimento das reivindicações. Entretanto, esta estreita união não foi assumida pelas centrais, nem pelos partidos de esquerda. Ficaram esperando para ver o que o presidente da República faria.

Em que terreno, o duelo? A esquerda aceita a jogada de De Gaulle

Desde 13 de maio, uma batalha aberta estava em curso. Contra o desejo dos grevistas, De Gaulle queria permanecer. Para tal, era preciso que acabasse com a greve geral, com a mobilização operária e popular (movimento no qual estava despontando uma revolução), antes que esta acabasse com ele, antes que a revolução eclodisse e varresse o governo.

De Gaulle estava passando por imensas dificuldades, vacilando e tropeçando; estava enfraquecido. No entanto, a imobilidade dos partidos de esquerda deu-lhe fôlego, que aproveitou com o firme discurso de 30 de maio. Ao prometer a realização de eleições legislativas, estava propondo que o resultado do conflito político-social fosse decidido em outro terreno, o das urnas. Condição para as eleições ao término da greve, senão restabeleceria a ordem pela força, custe o que custar. Falando claro, colocou a alternativa: ou eleição ou confronto!

Tratava-se de uma cartada. Possivelmente de um blefe. Sobretudo de uma chantagem para amedrontar, pressionar o PCF, a FGDS e as entidades sindicais. Estes, com exceção da UNEF, aceitaram sem pestanejar o quadro delineado por De Gaulle. Concordaram que as eleições constituíam mesmo a saída. Fizeram de conta que ofereciam o melhor caminho para derrotar De Gaulle, para enxotá-lo e para obter as reivindicações. Em consequência, empenharam-se firmemente em conseguir o fim da greve geral.

O historiador Georges Lefranc constata: “Doravante, reivindicações sociais e atividade política vão se distanciar.”<sup>10</sup> A formulação, sendo um pouco tímida e elíptica, traduzo-a: o desenvolvimento político do movimento tinha vinculado estreitamente a exigência de atendimento da pauta fundamental dos grevistas com a exigência da saída de De Gaulle. Mas para garantir a realização das eleições os partidos políticos de esquerda e as centrais sindicais passaram a atuar buscando separar aquilo que o desenvolvimento da greve geral tinha unido; em suma, tiveram uma ação divisionista! Por um lado, os partidos abandonaram a greve à sua sorte, apostando no seu fim, em prol da campanha eleitoral. Por sua vez, visando também ao término da greve, as centrais impuseram que as negociações se desenvolvessem de maneira fracionada, por empre-

sa ou ramo; quanto às reivindicações da pauta fundamental, deveriam ser abandonadas e remetidas à Assembleia Legislativa a ser eleita. A greve geral e a estrondosa mobilização que estava se centralizando contra o governo, na qual despontava uma revolução, foram brecadas, divididas, fragmentadas, atomizadas, sendo substituídas pelas eleições legislativas.

Foi uma jogada inteligente de um presidente enfraquecido para que os partidos de esquerda e as centrais aceitassem abrir mão da arma que fazia sua força, trocando-a por um terreno que, no mínimo e no pior dos casos, não poderia ser tão desfavorável ao regime gaullista. Ainda mais com a greve terminada, com a máquina governamental, o processo eleitoral, os meios de comunicação estatais sob seu controle e, além disso, com o restante da mídia (jornais, rádios privadas) e todo o *establishment* a torcer ativamente pelo sucesso dos *partidos da ordem*.

Em suma – além de abrir mão de seu time (os grevistas), depois de enfraquecê-lo com a atomização das negociações –, o PCF, a FGDS e as centrais sindicais deixaram De Gaulle ditar todas as condições e regras do duelo, entregando-lhe o mando de campo e até a escalação dos próprios juízes. Ao aceitar que De Gaulle desse as cartas, ao curvar-se diante dele, fizeram com que ele aparecesse como um homem forte capaz de trazer saídas, garantir a ordem e evitar o abismo. Ele

tinha profetizado o caos que viria caso a greve continuasse, e a greve terminou. O eleitorado flutuante votou nele. De Gaulle foi o incontestado vencedor. O PCF, a FGDS e as centrais sindicais colheram o que haviam semeado.

Restaria analisar por que a atuação da FGDS, do PCF e das centrais sindicais não foi marcada pela vontade de derrubar De Gaulle, mas (é o mínimo que se pode dizer) pela passividade e dubiedade, ou mesmo, como foi e continua sendo dito, pela traição dos anseios, potencialidades e porvir do movimento de 68, pela traição da revolução que estava despontando. Não sendo possível fazê-lo no quadro deste trabalho, restrinjo-me a remeter o leitor, por um lado, ao estudo da história da social-democracia e de sua falência para compreender a postura da FGDS e, por outro, no que toca ao PCF, ao estudo do stalinismo.

## Abstract

### *May 1968: the general strike that staggered France*

The aim of this paper is to help the reader to understand what is usually and euphemistically known in France as “the events of May 1968”. I begin historicizing the events, that is presenting, as objectively as possible (but not neutrally), an almost daily account of the historical facts. Next, I attempt to interpret the facts; that interpretation is restricted to two issues: the causes

of the 1968 movement and its outcome (the sudden and unexpected end of the general strike, de Gaulle's electoral victory and the left-wing parties' electoral defeat).

*Key words:* May 1968. General strike. French contemporary history.

## Notas

- <sup>2</sup> CGT: Confederação Geral do Trabalho, a maior central sindical da França, com, na época, cerca de dois milhões de sócios; sua direção é, então, dominada e controlada pelo PCF.
- <sup>3</sup> CFDT: Confederação Francesa e Democrática do Trabalho, uma importante central sindical da França; oriunda do sindicalismo cristão, foi fundada em 1964 quando a maioria dos associados da Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos; pronuncia-se pelo abandono do caráter e da designação confessionais (“cristãos”) até então inerentes ao seu movimento sindical; conta então com cerca de sete mil sócios.
- <sup>4</sup> A FEN (Federação da Educação Nacional) tinha recusado alinhar-se com uma ou outra central sindical por ocasião da grande cisão sindical de 1948; reagrupando 27 sindicatos de trabalhadores do ensino público, com uma alta representatividade (cerca de quinhentos mil sócios), a FEN ocupava um lugar especial, central e unitário no cenário sindical da França (marcado pela divisão entre várias centrais sindicais). O SNESup, referido, estava filiado à FEN.
- <sup>5</sup> PONGE, Robert. A Comuna de Paris (1871). In: CEM-RS (Org.). *Luz e sombras: ensaios de interpretação marxista*. Porto Alegre: Centro de Estudos Marxistas-RS/CEM-RS e Editora da UFRGS, 1997. p. 146.
- <sup>6</sup> RÉMOND, René. *Notre Siècle: de 1918 a 1991* (trata-se do volume 6 da *Histoire de France* organizada por Jean Favier para a Editora Arthème Fayard, a seguir publicada no Livre de Poche). Nouvelle édition augmentée. Paris: Livre de Poche, coll. Références, 1991. Ch. 27, p. 599-600 (grifado por mim).
- <sup>7</sup> Rémond não explicita quais são essas sucessivas revoluções, certamente por considerar que a resposta é óbvia para o leitor francês ou mi-

nimamente informado na história da França; o que leva a inferir que, com essa expressão, refere-se indubitavelmente à Revolução Francesa de 1789-1794, à revolução de julho de 1830, as revoluções de fevereiro e junho de 1848, à Comuna de Paris de 1871 e, provavelmente, à greve geral de 1936.

- <sup>8</sup> A UNEF convocou a greve geral estudantil e manifestações diárias; o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - SNESup apoiou os protestos.
- <sup>9</sup> Sobre o movimento internacional de massas nos anos 1967-1969 e sobre as raízes deste no ascenso do movimento operário e democrático no período pós-Segunda Guerra, ver, entre outros, PONGE, Robert. As raízes do 1968, um movimento internacional. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal, 1998. p. 19-29. Sobre a Primavera de Praga: para uma brevíssima introdução, ver PONGE, R.; ZEMOR, Fernando. Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In: PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (Org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 43-46. Para uma análise mais desenvolvida, ver ZEMOR, Fernando. A Primavera de Praga: o processo político. In: PONGE (Org.), op. cit., p. 39-45. Sobre tudo ver BROUÉ, Pierre. *A Primavera dos povos começa em Praga*. Trad. do francês. São Paulo: Kairós, 1979, uma lúcida análise da luta dos povos da Tchecoslováquia por um autêntico socialismo, *com rosto humano*.
- <sup>10</sup> EFRANC, Georges. *Le mouvement syndical: de la libération aux événements de mai-juin 1968*. Paris: Payot, 1969. p. 242.

## Bibliografia

- BARJONET, André. *La CGT: histoire, structure, doctrine*. Paris: Le Seuil, 1968. Ch. 7: “La CGT et les événements de mai 1968”, p. 145-166. (Col. Points).
- BENSAÏD, Daniel; WEBER, Henri. *Mai 1968, une répétition générale*. Paris: Maspero, 1968.
- BERSTEIN, Serge. *La France de l'expansion, t. 1: la république gaullienne (1958-1969)*.



- Paris: Le Seuil, 1989. (Col. Points-Histoire).
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Histoire de la France au XXe siècle (1958-1974)*. Bruxelles: Complexe, 1992. (Col. Questions au XXe siècle).
- BROUÉ, Pierre. *A Primavera dos povos começa em Praga*. Trad. do francês. São Paulo: Kairós, 1979.
- GAVI, Philippe et al. Dossier "Mai 68". *Les Temps modernes*, Paris, 24<sup>e</sup> année, n. 265, p. 80-110, juillet 1968.
- GOMEZ, Michel. *Mai 68 au jour le jour*. Paris: L'Esprit Frappeur, 1998.
- HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick. *Génération: les années de rêve*. Paris: Le Seuil, 1987.
- JOFFRIN, Laurent. *Mai 68: une histoire du mouvement*. Paris: Le Seuil, 1998. (Col. Points).
- LEFRANC, Georges. *Le mouvement syndical: de la Libération aux événements de mai-juin 1968*. Paris: Payot, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Les Gauches en France (1789-1972)*. Paris: Payot, [s. d.].
- MASSOT François de. *La grève générale (mai-juin 1968)*. Paris: Selio, [s. d.]. [1968?].
- MOURIAUX, René et al. (Dir.). *1968: exploration du Mai français*, t. 1: *Terrains*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- PONGE, Robert. França, maio de 1968: realidade e mitos. In: SCHERER, Amanda Eloína; NUSSBAUMER, Gisele Marchiori; FANTI, Maria da Gloria (Org.). *Utopias e distopias: 30 anos de maio de 68*. Santa Maria: Departamento da Ciências da Informação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 1999. p. 63-84.
- \_\_\_\_\_. Maio de 1968: o mês que abalou a França. In: PONGE, Robert (Org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal, 1998. p. 31-38.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal, 1998.
- PONGE, Robert; ZEMOR, Fernando. Da Primavera de Praga às barricadas de Paris. In: PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena (Org.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 43-46.
- PROST, Antoine. Les Grèves de mai-juin 1968. *L'Histoire*, Paris, n. 110, p. 35-46, avril 1988.
- RÉMOND, René. *Notre Siècle, de 1918 a 1991*. Nouvelle édition, augmentée. Paris: Le Livre de Poche, 1991. Livre IV. p. 505-642. (Col. Références).
- SCHNAPP, Alain; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Journal de la Commune Étudiante* (textes et documents - novembre 1967-juin 1968). Édition augmentée. Paris: Le Seuil, 1988. (Col. L'Univers historique).
- WEBER, Henri. *Vingt ans après, que reste-t-il de 68?* Paris: Le Seuil, 1988.
- ZEMOR, Fernando. A Primavera de Praga: o processo político. In: PONGE, Robert (Org.). *1968: o ano das muitas primaveras*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal, 1998. p. 39-45.